

(Artigo publicado na Revista *Cadernos de História*, n.8. Uberlândia: EDUFU, 2000)
Pensando a paisagem como uma possibilidade para o ensino de História¹

Rinaldo José Varussa ²

RESUMO

O artigo tem como objetivo refletir e apontar possibilidades de abordar os espaços produzidos pelas sociedades, pensando-os como um aporte para o ensino de História, buscando perceber as diversas relações e perspectivas que os constituem.

Palavras-chave: Estudo do meio; Ensino de História e Cidade; Fotografia.

ABSTRACT

This article proposes to discuss and to remark possibilities to approach the produced spaces of by the society, which are thought as how a support to the teaching of History, it is trying to perceive the diverse relations and perspectives that make them.

Keywords: Study of ambience; Teaching History and City; Photography.

A publicação “Parâmetros Curriculares para o Ensino de História” (3º. e 4º. ciclos do ensino fundamental) aponta os denominados “estudos do meio”, como uma possibilidade de se desenvolver a produção do conhecimento histórico em sala de aula. A perspectiva ali constituída é de que tais atividades não se restrinjam às visitas aos locais a serem estudados, mas que compreendam um conjunto de estudos e pesquisas preliminares e posteriores àquela etapa.

Tendo em conta este delineamento, busco neste artigo, a partir de uma experiência, apontar alguns elementos que auxiliem na efetivação de um estudo do espaço, pensado enquanto algo que se faz nas diversas relações que compõem o social e que agregam diferentes temporalidades.

Considerações preliminares: estabelecendo algumas perspectivas de investigação

Um passo importante em qualquer estudo é a busca de um contato com o que pensaram outros pesquisadores em relação ao trabalho que vamos realizar. Com esta intenção é que aponto alguns elementos, formulados por diferentes autores, que podem auxiliar num “estudo do meio”, principalmente no que se refere à sua problematização (levantamento de questões a serem investigadas e discutidas).

Evidentemente, não se trata de fazer do conhecimento que trazemos “uma tabula rasa”, mas sim confrontá-lo com a contribuição de outros.

Ao mesmo tempo, este diálogo não se restringe a uma etapa inicial, mas se estende por toda a investigação.

O historiador inglês Raphael Samuel, ao buscar estabelecer algumas particularidades da História Local, aponta que o pesquisador “a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. (Que) Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas

¹Este texto foi sistematizado a partir de uma oficina realizada com professores de História da Delegacia de Ensino de Itaquaquecetuba (rede pública estadual de S.Paulo), em agosto de 1998.

²Professor de História na UNIOESTE, mestre e doutorando em História Social pela PUC – SP.E-mail: angri@certto.com.br

pegadas nos campos”³.

Ainda que outras interpretações possam ser formuladas, não é descabido perceber nas imagens construídas por Samuel a possibilidade de ver a paisagem como também um documento do qual pode lançar mão o historiador nas suas investigações e, conseqüentemente, no ensino de História.

E como todo documento, a paisagem tem problemas e limites a serem considerados quando da sua abordagem.

Da própria imagem estabelecida por Samuel, podemos depreender um elemento importante: no dia-a-dia, dobramos inúmeras vezes uma esquina e descemos em diversas oportunidades uma mesma rua e isso não nos leva automaticamente a vê-las como passíveis de uma pesquisa histórica. A rotina, que estabelece uma suposta familiaridade com os lugares que freqüentamos e vivemos, parece eximir de qualquer problema, não só os espaços como as relações neles e com eles constituídas.

Neste sentido, muitas vezes e sugestivamente, quando visitamos outras cidades é que nos damos conta de algumas especificidades presentes nas áreas de onde saímos e que, até então, estavam como que encobertas.

Assim, um primeiro aspecto a se buscar é estabelecer um olhar diferenciado em relação à paisagem: vê-la como algo a ser lido, interpretado e, antes ainda, problematizado.

Uma sugestão importante para que se configure esta perspectiva é considerar a paisagem como um lugar “onde se depositam, se recobrem e, algumas vezes, se apagam os traços que as sociedades humanas deixam na superfície da terra”⁴.

Tendo em consideração àquela noção de que a paisagem pode se constituir num documento, “o historiador deve pois considerar a paisagem como uma sucessão de escritas nas quais ele procurará os sinais da obra passada dos homens”⁵.

Não basta, deste modo, descrever as disposições encontradas, as formas e padrões estéticos observados, os materiais empregados. Estes são elementos importantes, porém e mais propriamente aqui, enquanto suscitadores de questões a serem investigadas (por que se utilizou tijolo e não taipa; por que a rua percorreu tal traçado? Por que se adotou determinado estilo arquitetônico ou a diversidade deles?), levando-se sempre em consideração que a paisagem é uma construção da ação dos sujeitos e como tal carregada de intenções, sentimentos, valores e em meio a disputas.

Torna-se necessário, assim, para ler/interpretar historicamente uma paisagem,

³Raphael SAMUEL, “História local e história oral”, in **Revista Brasileira de História** 9 (19), p.219.

⁴Alain CHAUVET, “Le Paysage”, in CROIX, Alain & GUYVARCH, Didier (org.), **Guide de l’histoire locale**, p 187.

⁵Idem, *ibidem*, p. 190.

considerá-la e colocá-la em movimento, buscando construir os processos nos quais elas se constituíram.

Isso significa, vale repetir, pensar a paisagem como resultado de projetos que articulam intenções, de um lado, e de modos como estes espaços foram socialmente apropriados e modificados ao longo do tempo (DIÊGOLI, 1998).

No dia-a-dia, esta interação pode ser identificada em situações como a ocupação de uma marquise por sem-tetos (o que leva os proprietários, muitas vezes, a colocação de grades nestes lugares e os arquitetos a abolirem estes “detalhes” em futuras plantas); na demolição de casas para a construção de arranha-céus ou abertura de avenidas; nas praças onde nascem e crescem não só flores, mas também barracas de vendedores e que, por sua vez, são expulsos pela ação de órgãos de governos; prédios de fábricas transformados em centros comerciais ou abrigo de marginalizados.

Estes são projetos executados e em execução que podem ter sido os vencedores entre outros. O que determinou a derrota dos demais?

Estas considerações apontam-nos uma outra particularidade da paisagem: como todo documento, ela não é auto-suficiente. Ela necessita e se beneficia dos diálogos do historiador com outras fontes. As evidências e questões levantadas no contato com a paisagem, os sinais observados numa primeira leitura compelem à investigação em outros registros, tais como fotos, mapas, documentos oficiais, jornais, depoimentos orais, etc.

Isso porque, como nos lembra Alain Chauvet, “a paisagem coloca questões sem trazer todas as respostas; ela é feita de lugares concretos, mas exige um esforço para atingir as utopias que os criaram”⁶.

E aqui vale frisar que, como criação, a paisagem se faz e refaz como experiências de grupos e classes, quando a construção e ocupação de espaços articulam-se na própria constituição dos sujeitos.

Daí, inclusive, a possibilidade de superação da noção de que as paisagens são espaços inertes e/ou como reflexo direto do que se deu numa suposta estrutura econômica.

Nesta perspectiva Raquel Rolnik estabelece, inclusive, uma distinção entre espaço e território, ao considerar que “há uma relação de exterioridade do sujeito em relação ao espaço e uma ligação intrínseca com a subjetividade quando se fala em território”⁷.

Assim, para esta autora, “o território é uma noção que incorpora a idéia de subjetividade quando se fala em território”. E conclui: “não existe um território sem sujeito e pode existir um espaço independente do sujeito. O espaço do mapa dos urbanistas é um

⁶Idem, *ibidem*, p.182.

⁷Rachel ROLNIK, “História urbana: história da cidade”, in **Revista Cidade & História** (12), p.34.

espaço; o espaço real vivido é o território”⁸.

Pensar esta presença e participação das diferentes e diversas experiências e concepções na constituição e ocupação da paisagem reforça a necessidade de não se configurar o seu estudo apenas como o estabelecimento da “cidade do IBGE” - quando o entendimento se faz exclusivamente no levantamento de índices, tabelas, quantificações - mas sim, remetendo-nos à visão da paisagem como “lugar socialmente constituído, cujos sentidos e valores sobre o seu presente estariam delineados num passado lembrado/silenciado como vivências urbanas (...) onde o passado/memória, mais do que ficar aprisionado em lugares de monumentos/ostentação, poderia prescrever direitos adquiridos e ou injustiças praticadas e vividas no seu presente”⁹.

Um exercício de interpretação: uma praça

Penso ser interessante, num trabalho em sala de aula, a discussão com os estudantes de algumas destas perspectivas apontadas acima e que marcam a construção do espaço, como, por exemplo, a noção de que o fazer-se de uma praça não se assemelha à montagem de um quebra-cabeças, no qual já temos um projeto pré-determinado por alguém (um arquiteto, talvez) e que nos caberia, portanto, apenas encaixar as peças nos seus devidos lugares. Os espaços são “projetos sociais” muito mais complexos e deles participam diversos “arquitetos”, com igual diversidade de projetos, o que faz com que os encaixes das peças nem sempre sejam alinhados e precisos.

Perceber esta diversidade e pensar os processos que a constituíram pode ser um dos objetivos a serem buscados na investigação da paisagem.

Parece-me, porém, que, no que se refere ao estudante, esta discussão pode se dar na própria realização do “estudo do meio”, permeando o trabalho de investigação e não de maneira isolada num determinado momento.

A título de sugestão e visando orientar a leitura da proposta que passo a formular, aponto um pequeno roteiro que poderia delimitar a realização do “estudo do meio”, além do diálogo com a bibliografia, já realizado acima: 1. definição do local a ser estudado; 2. levantamento das informações e perspectivas que os estudantes tem do espaço a ser estudado; 3. problematização dessas informações e perspectivas; 4. visita ao local e/ou observação via fotografias atuais; 5. pesquisa documental sobre o espaço que está sendo estudado; 6. interpretação e discussão da documentação; 7. sistematização e apresentação dos estudos (elaboração de textos, painéis, exposições, etc). Importante frisar que esta enumeração é precária, uma vez que as etapas estão sempre sendo redimensionadas, além do que outras

⁸ Idem, *ibidem*.

⁹ Célia Rocha CALVO, *Cenas e imagens de uma cidade: Uberlândia, 1950-1990*, p.12.

podem surgir e se fazerem necessárias.

Tentando concretizar, ainda que parcialmente, estas etapas e buscando firmá-las como uma perspectiva de trabalho em sala de aula, servimo-nos de um (ou vários?) espaço (s): a atualmente denominada praça “Governador Pedro de Toledo”, em Jundiaí-SP. E aqui estou realizando uma das etapas propostas: a delimitação de um lugar a ser investigado. Nesta definição, levei em conta não só uma presença que aquela praça tem para o conjunto da população, como a disponibilidade de material para os trabalhos de pesquisa que estarão sendo realizados na quinta etapa.

Alguém que se coloque a observar aquela praça – como que os estudantes numa visita ao local (quarta etapa) - terá como referência inicial algo como o que aparece na imagem 1 (um)¹⁰. Num exercício de descrição, esta pessoa poderia fazê-lo da seguinte forma: uma igreja católica (a Catedral Nossa Sra. do Desterro) situada no meio de uma área de aproximadamente dez mil metros quadrados, cercada por canteiros e árvores dispersos e um amplo espaço vazio à sua frente; nas duas laterais da igreja poderá visualizar duas grades – uma de cada lado - de pouco mais de dois metros de altura; circundando a praça, estabelecimentos comerciais e bancários.

Se o exercício de observação for feito durante um dos chamados “dias úteis”, muito provavelmente encontrará a praça densamente pontilhada de pessoas, muitas delas se deslocando em todas as direções; outras estarão sentadas nos bancos e muretas dos canteiros, além dos carros estacionados e rodando em três das ruas laterais, já que uma delas (a rua Barão de Jundiaí, a que fica à direita da igreja) é ocupada por um calçadão.

Imagem 1: Parte posterior direita da Praça Governador Pedro de Toledo, 1998.¹¹

Esta atividade de descrição dos elementos que compõem a praça, bem como a

¹⁰No trabalho com as fotografias, poderíamos, ainda, proceder a uma análise da própria constituição da imagem, considerando que este material, enquanto linguagem e prática, incorpora e expressa intenções (como, por exemplo, os objetivos que orientaram a produção) e saberes (técnicas, enquadramento, ângulos, etc.) articulados às experiências vividas por seus autores/produtores e passíveis de serem percebidos e analisados. Ou seja, pensarmos que a fotografia não é mera reprodução da paisagem, mas uma construção dela. Ver a respeito, dentre outros, KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo, Ática, 1989.

¹¹Esta imagem foi produzida pelo autor deste texto, com a intenção de focalizar alguns elementos que surgiram nesta paisagem, visando construir uma oposição a outros momentos. Uma situação que motivou este enquadramento foi a colocação de grades nas laterais da igreja em 1997 (ao fundo da foto, lado direito da edificação). As grades, que já existiram na praça na década de 1910, circundando toda a sua área (imagem 2), desta vez assumiam um outro papel: segundo reportagens publicadas nos jornais locais, a intenção era de conter o acesso de pessoas que se alojavam no interior do prédio (principalmente, os moradores de rua), bem como dificultar a ação de assaltantes, que vinham agindo no interior da igreja. Ao que parece, para estes sujeitos a Igreja comportava outros significados que não só o de um lugar de culto religioso, colocando-os, deste modo, em conflito com os demais frequentadores. Num trabalho em sala de aula, se contarmos com a possibilidade da visita ao local escolhido, esta experiência da visita pode ser confrontada com a leitura da foto, facilitando ao estudante evidenciar o caráter de construção que permeia a realização da imagem.

disposição que assumem, pode ser uma possibilidade para se iniciar a interpretação da paisagem, que compõem as etapas 2 e 3.

Muito provavelmente, porém, outras observações surgirão nesse trabalho. Isso porque o contato com o espaço nos remete, com frequência, a outras experiências, o que pode ser valorizado e estimulado pelo professor.

Algo parecido, por exemplo, já deve ter ocorrido com o leitor na visualização da imagem 1. A foto e a descrição, por certo, já levaram o leitor a refletir sobre a semelhança do local com outros existentes em muitas outras cidades, colocando-nos numa situação semelhante a que nos referíamos antes, decorrente da familiaridade com o ambiente. Esta familiaridade quase que apaga os traços de construção e, portanto, de historicidade que o espaço possui, tornando-o “natural”, ou seja, considerado como aquilo que “sempre existiu”.

Se atentássemos, no entanto, apenas para o que observamos na descrição – lembrando-nos que o observado mostra muito mais o observador do que aquilo que se observa - e perseguíssemos o que não conseguimos ver, já teríamos alguns elementos para a reflexão. Um “estrangeiro”, neste sentido, poderia nos ajudar, estabelecendo diferenças com outras praças, revelando as opções que moldam a paisagem. Ou, na falta desse “estrangeiro”, outra possibilidade, própria para o trabalho em sala de aula, é colocarmos “a paisagem em movimento”, buscando, por exemplo, as evidências das mudanças pela qual aquela praça passou, investigando os “traços que se apagaram” da atividade humana.

Neste sentido, a investigação direciona-se para o diálogo com a documentação, enquanto evidências do passado (etapa 5). Este seria um procedimento que se segue à descrição do espaço: confrontar a paisagem visualizada no presente com outros momentos. No caso da praça Governador Pedro de Toledo, ocorrem várias possibilidades, tais como o depoimento de antigos moradores, jornais, fotos, projetos de construções e reformas executadas pelo poder público, dentre outros.

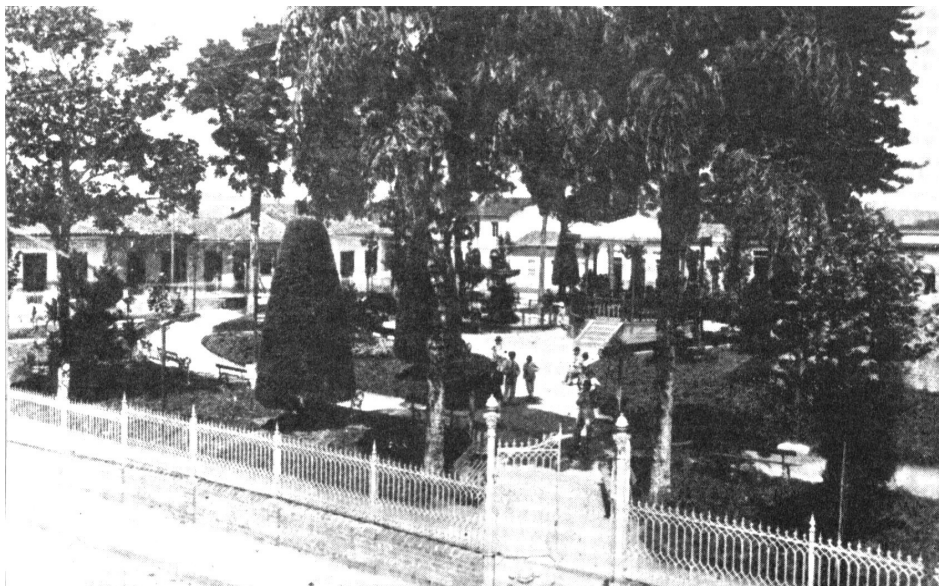


Imagem 2: Jardim da Matriz, 1914.¹²

Esta pesquisa pode ser realizada pelos estudantes com a orientação do professor, que lhes indicará os lugares onde esta documentação pode ser encontrada, tendo sempre em conta as questões a serem trabalhadas e que orientam a pesquisa documental.

Ao mesmo tempo, o professor também pode complementar esta pesquisa com o material que dispõe.

Na abordagem do material levantado e produzido, alguns elementos vão se ressaltando, já enfatizando um trabalho de interpretação, ao mesmo tempo em que aponta para outras possíveis problemáticas. No caso da praça Governador Pedro de Toledo, a documentação, em princípio, aponta para a historicidade da própria denominação do lugar, que de “pátio da Matriz” (até o final do século XIX), passa a “largo” e “jardim” (décadas de 1900 e 1910, imagem 2) antes de se definir como praça.¹³ (final da década de 1920, imagem n.3)¹⁴, o que por certo se articula e expressa, entre outras coisas, a apropriação e intervenções que os sujeitos fizeram do/no lugar em diferentes épocas e que orientaram a disposição dos

¹² A imagem focaliza, a partir da rua do Rosário (à esquerda em relação a frente da Igreja e de costas para ela) a área posterior da Igreja Matriz, onde se localizavam o chafariz e o coreto. Esta fotografia pertence ao acervo do Museu Histórico e Cultural de Jundiá, de autor desconhecido.

¹³ Esta imagem, de autor desconhecido, foi usada como cartão postal na década de 1920. Chama a atenção o enquadramento escolhido pelo fotógrafo, que coloca a Igreja centralizada não só em relação a moldura da foto, como também no que se refere aos elementos que perfazem a paisagem, ou seja, ao céu, às construções e à praça, assumindo, assim, aquele edifício uma posição na qual parece mediar aqueles espaços. Notar que para conseguir esta composição, o fotógrafo situou-se acima do nível do solo. Esta fotografia pertence ao acervo do Museu Histórico e Cultural de Jundiá.

¹⁴ Sobre a denominação de praça, o local receberia, ainda, o nome de “Independência” antes de passar a atual denominação (Governador Pedro de Toledo), na década de 1940. Na passagem para esta última denominação, um obelisco - alusivo ao evento que nomeava a praça - foi deslocado para uma outra (atual praça da Bandeira). Vale frisar que Pedro de Toledo foi interventor federal e governador de S.Paulo em 1932, tendo apoiado o movimento constitucionalista daquele ano. O processo é pleno de significados no que se refere ao trabalho de construção de uma memória promovido pelos “donos do poder” e aponta para um outro elemento que pode ser trabalhado nas aulas de história.

diferentes elementos que compuseram a paisagem. Este, inclusive, poderia ser um dos temas que delimitaria a discussão, levando os estudantes a problematizarem as mudanças por que passou a praça no sentido de se investigar os modos como os diferentes sujeitos utilizavam o espaço, questionando-os a cerca das diversas e, por vezes, divergentes propostas de ocupação que permeiam as constituições dos lugares.

Neste sentido, a articulação entre as experiências trazidas pelos estudantes com as demais fontes torna-se possibilidade de um diálogo entre presente e passado capaz de estimular a produção do conhecimento histórico, etapa do trabalho em que, mais uma vez, faz-se necessária a sensibilidade do professor no sentido de perceber os limites e possibilidades dos estudantes e trabalhar a interpretação a partir dessa realidade.



Imagem 3: Praça da Matriz, 1920.

Assim, para este diálogo passado-presente, um primeiro procedimento poderia direcionar-se para o trabalho com noções básicas e imprescindíveis ao historiador, como a percepção de permanências e mudanças, semelhanças e diferenças, passíveis de serem constituídas numa comparação entre as imagens e a experiência constituídas na visita ao local a ser estudado.

No caso do espaço em questão, a retirada das grades que delimitavam o jardim e do coreto do início do século (imagem 2) e a construção de caminhos que recortam e refazem o traçado do lugar, como que a justificar a sua denominação de “praça” (imagem 3), apontam para uma tentativa de adequar o lugar a um maior fluxo dos transeuntes, decorrente, provavelmente, das mudanças verificadas na própria composição das áreas que circundavam a praça, como, por exemplo, o crescimento do número de estabelecimentos comerciais ou o

aumento dos bairros de moradia situados em oposição aos locais de trabalho, o que colocava a praça como ponto central nos trajetos percorridos pelos moradores/trabalhadores. Na transformação da praça (antigo jardim), temos, assim, o predomínio de um “uso” sobre outro, qual seja, a um lugar de lazer ou convivência sobrepõem-se um papel de espaço favorável à circulação e ao deslocamento da população.

Esta primeira percepção, por certo, beneficiar-se-ia da investigação de outras questões que não só lhe fundamentariam a interpretação como apontariam outros significados da mudança, como, por exemplo, perguntar-nos a quem e de que modo tais transformações atendiam.

Relatos contemporâneos às transformações do espaço podem apontar de que maneira estas interferiam, por sua vez, nos modos como as pessoas se relacionavam com o lugar, ao mesmo tempo em que buscavam estabelecer significados para aquelas mudanças.

Quando de uma outra reforma da praça (década de 40; imagem 4), um cronista local, relacionando sua trajetória com as recomposições que a praça sofrera, identificava os diversos usos e significados assumidos pelo coreto existente anteriormente naquele espaço:

“Lembrei-me, depois, do largo da Matriz que conheci. Palco das minhas peraltices (...) Com o seu coreto imponente, em cuja escadaria nós fazíamos do corrimão, deslizadores magníficos. Coreto que servia para todas as utilidades. Para comemorações patrióticas, para leilões disputados, para tómbolas concorridas, para retretas e até para dormitório do Elysio, do Eduardinho, às vezes do João Pra Tudo. Era coreto e ao mesmo tempo, parque infantil e albergue noturno dos tipos populares e de quantos ligeiras que por aqui passassem.”¹⁵



Imagem 4: Praça Governador Pedro de Toledo, 1943.¹⁶

¹⁵Alceu PONTES, “Ao pé dos plátanos ceifados”, in *Jornal A Comarca*, 16/02/1941, p.1.

¹⁶A imagem, que a exemplo da anterior, foi utilizada em um cartão postal, coloca a fonte luminosa - elemento que recebeu maior destaque como símbolo do progresso nas propagandas sobre a reforma da praça – em posição de destaque, suplantando mesmo a da Igreja. Para este enfoque, contribui, ainda, a posição das pessoas, que em

Na construção do sr. Alceu Pontes fica evidente a distinção apontada por Raquel Rolnik entre espaço e território, quando um mesmo espaço (o coreto) comporta experiências diversas de ocupação, estabelecendo múltiplos significados, relacionados, por vezes, a posição social dos sujeitos, surgindo nestes processos os territórios, enquanto “espaço real vivido”.

A eliminação do coreto, já na reforma da década de 1910, eliminaria, por certo, estas diferentes apropriações, o que talvez não ocorresse de maneira tão harmônica quanto à convivência firmada pelo articulista de “A Comarca”, possibilitando-nos pensar sobre a precariedade e parcialidade de denominações correntes, como, por exemplo, a de “espaço público”, à medida que os lugares também resultam de intervenções vividas de maneiras diferenciadas pelos seus freqüentadores.

Assim, as alterações, quando não visam pura e simplesmente o enfrentamento de situações adversas (como a colocação de grades que impedem ou dificultam o acesso), expressam um caráter unilateral das intervenções, as quais nem sempre atentam para a diversidade de significados que ali se faziam presentes e constituídos e que se articulavam, muitas vezes, às desigualdades vividas no conjunto das relações sociais (as apropriações do coreto, narradas no “A Comarca”, evidenciam de modo contundente estas desigualdades).

Esta unilateralidade, por sua vez, também busca legitimar suas ações por meio da construção de outros significados, fazendo também disto um campo de disputas: na reforma da praça, como interpretava um outro colunista de “A Comarca”, o que estava em curso

“é (era) o progresso, a presença do ideal altruístico de brindar Jundiaí com os requintes pitorescos e artísticos da civilização.”¹⁷

Deste modo, as reformas eram não só tidas como sinal “do progresso”, mas como ato de generosidade dos seus autores (no caso, os ocupantes da administração municipal), uma vez que com elas contribuía para o avanço “da civilização”, silenciando ou sobrepondo-se, assim, a qualquer outro significado que àquela ação pudesse se contrapor. Restaria saber se o mesmo “ideal altruista”, “brindaria” os, antes, albergados do coreto com os “requintes pitorescos e artísticos da civilização”.

Vale frisar, porém, que a constituição de “territórios” não se esgota na intenção contemplada nos projetos vencedores e que se impõem ao conjunto da sociedade: este processo não é uma “rua de mão única”, como podemos perceber nos desencadeamentos daquelas intervenções, quando as pessoas reinventam novas formas de relacionamento com o

sua maioria se colocam ao redor da fonte e voltadas de frente para ela. Esta fotografia pertence ao acervo do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí, de autor desconhecido.

¹⁷ J. ARLINDO, “Jundiaí em progresso”, in *Jornal A Comarca*, 19/02/1941, p.1. A referência aqui se reportava especificamente a um dos elementos que passaria a compor a praça, a fonte luminosa (imagem n.4).

espaço, criando novos ambientes e possibilidades que se articulam, por exemplo, às suas necessidades (a ocupação do interior da igreja pelos moradores de rua sugere um pouco esta dinâmica).

O estudo deste processo, buscando perseguir as “marchas e contra marchas” que marcam a construção da paisagem, a partir da ótica dos seus ocupantes/freqüentadores, pode ser um dos aspectos a serem discutidos nos chamados “estudos do meio”, tentando perceber os modos como os sujeitos se reapropriam e refazem os lugares, ainda que, muitas vezes, projetados para perpetuarem exclusões.

Na viabilização destes trabalhos com os estudantes, conciliando visitas aos lugares com pesquisas documentais, pensamos ser possível estabelecer reflexões que lhes permitam produzirem e vivenciarem estas dinâmicas forjadas pelos sujeitos na constituição dos “seus territórios”, apontando que, para além de mera organização de peças e objetos, os lugares comportam os diversos significados, os quais se constituem, por vezes, em meio a disputas e conflitos, expressando intenções e projetos de grupos e classes.

Bibliografia

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais – História (3º. e 4º. ciclos do ensino fundamental)**. Brasília, MEC/SEF, 1998.
- CHAUVET, Alain “Le Paysage”. In CROIX, Alain & GUYVARCH, Didier (org.) **Guide de l’histoire locale**. Paris, Seuil, 1990.
- DIÊGOLI, Leila Regina. **Concepções estéticas dos espaços públicos paulistanos no século XIX**. S.P., PUC, 1998 (mim.).
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo, Ática, 1989.
- ROCHA, Célia. **Cenas e imagens de uma cidade: Uberlândia, 1950 - 1990**. S.P., PUC, 1997. (mim.).
- ROLNIK, Rachel. “História urbana: história da cidade?”. In **Revista Cidade & História**, n. 12, 1994.
- SAMUEL, Raphael. “História local e história oral”. In **Revista Brasileira de História**, n.19, set.89/fev.90.